

Ata n.º 6/2024
Assembleia Intermunicipal da
CIM-RC

No dia **29 de abril de 2024**, pelas dezasseis horas no município de Mira, no Atrium Mira, deu-se início à sexta sessão da Assembleia Intermunicipal (AI) da CIM RC, para a qual foram convocados os respetivos membros, de acordo com a alínea a) do artigo 86.º do Anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.

Verificou-se que não estavam presentes os seguintes membros: Maria da Conceição Gonçalves Marques Alegre de Sá, Martim Arnaut Syder, Nuno Ricardo Gonçalves Gaspar; António José Barata Figueiredo, João Miguel Duarte de Brito, João Miguel de Matos Alves Santos Viais, Rosa Maria da Costa Reis, Nuno Miguel Almeida Alves Baeta, Susana Catarina Simões de Almeida, José Mário Quaresma Gama, António Salgueiro dos Santos, Ricardo Jorge Fernandes Rodrigues Soares, Celeste Pereira Dias Cardoso, Humberto José Baptista Oliveira, Mauro Daniel Rodrigues Carpinteiro, Maria Fernanda Veiga dos Reis Silva, Maria Cristina dos Santos Ferreira Dinis, António Manuel Mendes Lopes, Ana Rita Mendes Saldanha, António José Nunes Rosado e António Carlos da Fonseca Nina, tendo sido justificada a sua ausência.

Encontravam-se presentes os restantes membros, conforme consta da lista de presenças que passará a constar como anexo número um à presente ata.

A representar o Conselho Intermunicipal da CIM RC esteve o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal (CI), Emílio Torrão, bem como o Secretário Executivo Intermunicipal, Jorge Brito.

De acordo com o estatuído na alínea b) do artigo 86.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, dirigiu os trabalhos o Presidente da Assembleia Intermunicipal, Fernando Luís de Almeida Torres Marinho.

O Presidente da AI autorizou os serviços da CIM RC a gravar a presente sessão, para efeitos administrativos.

1. Apreciação e votação da ata de 19 de dezembro de 2023

O Presidente da AI colocou a ata n.º 5 de 19 de dezembro de 2023, à apreciação dos presentes.

Submetida a votação da ata supra identificada foi a mesma aprovada por unanimidade.

2. Período Antes da Ordem do Dia

O Presidente da AI agradeceu a presença de todos colocando a Ordem de trabalhos a apreciação dos presentes os quais manifestaram concordância com a mesma. De seguida, dirigiu-se ao Presidente da CM de Mira, Artur Fresco, mostrando-se muito satisfeito com a sua presença e agradecendo a disponibilização do auditório, neste local, para a concretização da 6.ª sessão da AI.

O Presidente de CM anfitrião mostrou-se muito satisfeito com a presença deste órgão deliberativo neste espaço recentemente inaugurado, fez um ano no passado dia 25 de abril, que considerou de polivalente e de adequado a várias atividades realizadas quer pelo município que por outras coletividades do município. Deu as boas vindas a todos os representantes das AM e destacou a importância deste órgão “onde se discutem, em democracia, os assuntos relativos à nossa região” Evidenciou muitos dos eventos que têm lugar neste município ao longo do ano, destacando a arte Xávega e a bandeira azul na Praia de Mira(que tem sido um ponto de referência global como a única zona balnear marítima a receber

anualmente esta distinção), o Grande prémio de Columbofilia e o Grande Prémio de Motonáutica que levam a este município milhares de simpatizantes das modalidades, nacionais e internacionais, que a estes se associam. De seguida foi apresentado o vídeo promocional do município de Mira.

Retomou a palavra o Presidente da AI agradecendo a presença e os esclarecimentos dados pelo Sr. Presidente da CM de Mira.

Recordou que por motivos de saúde o anterior Presidente da CM de Mira, Dr. Raul Almeida, teve de reduzir a sua atividade, enquanto Presidente da TCP, e destacou toda a sua competência e dedicação evidenciadas durante anos para com esta entidade intermunicipal, nas mais diversas áreas, que contribuíram para o desenvolvimento da mesma. Deseja-lhe uma rápida e total recuperação.

Tomou a palavra o membro da AM da Lousã, Santinho Antunes fazendo a seguinte intervenção que a seguir se transcreve: “Considero que os membros desta assembleia devem também colaborar para o bom funcionamento da mesma, fazendo propostas para esse efeito:

Assim e quanto à Melhoria da comunicação, participação, informação e publicidade da atividade da Assembleia CIM quanto ao agendamento e atendendo ao facto de ainda existirem 2 assembleias por ano, esperando que tal possa ser alterado, considero que é possível o agendamento prévio no início do ano, possibilitando aos presidentes das assembleias municipais que o agendamento das suas assembleias não incida sobre as datas agendadas por esta assembleia, e possibilitando aos membros comparecerem, pois acho que todos queremos um quórum representativo, evitando situações como a de hoje.

Logo quanto à questão de publicidade, questiono o Sr. Presidente porque não são convidados os órgãos de comunicação social para que possam comparecer e transmitir a todos o que faz nestas assembleias, pois para o comum dos eleitores nem devem saber que existimos e o que aqui fazemos.

Direito de informação sobre a atividade da CIM

Os membros desta assembleia só recebem o que vai ser votado na ordem de trabalhos, não recebem qualquer outra informação sobre a atividade da CIM. Proponho que a elaboração de um documento semelhante àquele que é efetuada nas assembleias municipais sobre a atividade do presidente, ou seja, neste caso, será sobre a atividade da CIM RC.

Por outro lado, o direito de ser informado passa também por receber todos os documentos respeitantes aos assuntos agendados mais cópia de todos os assuntos pendentes na Comunidade Intermunicipal – art 16º do regimento: Certo é que no dia 16 de fev solicitei ao Sr. Presidente o envio de documentação possível sobre as reuniões que a CIM Rc efetuou, desde o início do ano, para discussão das ULS nomeadamente, com a administração da ULS, e não recebi resposta.

, o que se requer de novo ao Sr. Presidente da Assembleia de forma a que todos os membros possam acompanhar este assunto de enorme importância para todos os concelhos presentes.

Por último cumpre aqui referir, a título de defesa da honra, o seguinte relativamente à moção apresentada na última sessão, a qual efetivamente agora perdeu a sua utilidade prática, mas não perdeu a sua razão, pois vejamos:

Foi na referida moção proposto que esta assembleia deliberasse sobre:

1 - Recomendar ao Governo suspender a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 102/2023 de 7 de novembro (Criação de Novas Unidades Locais de Saúde – ULS),

2- Solicitar ao Governo e Direto Executivo do SNS a publicação de todos os estudos efetuados sobre as ULS até ao momento, permitindo que se discuta o seu regulamento e como podem melhorar o sistema de saúde e a saúde das populações antes da entrada em vigor do diploma.

Caso assim não se entenda,

3 - Que o Ministro da Saúde e o Diretor Executivo do SNS determinem que todas as nomeações dos dirigentes da ULS sejam feitas em regime de substituição.

Ora, o tempo deu-nos razão:

- existiu a demissão do diretor executivo do sns na passada semana – dia 23/4

- Observador 16/4/2024

A Federação de médicos quer revogar nova nova legislação dos cuidados de saúde primários

A FNAM defende que a nova metodologia de cálculo dos suplementos remuneratórios "deixa os médicos desconfortáveis na sua prática clínica" e as ULS entraram em funcionamento "sem visão estratégica".

Expresso de 21/4/2024 o Em declarações à Lusa, o bastonário da Ordem dos Médicos, Carlos Cortes, disse e passo a citar:

Além disso, é preciso analisar as Unidades Locais de Saúde, de forma a "corrigir a trajetória" desta reestruturação. "Achamos lamentável não ter havido nenhuma avaliação prévia, nenhuma preparação numa reforma das mais importantes que o Serviço Nacional de Saúde teve, que não foi discutida, que não foi avaliada, que não foi refletida", critica o bastonário. Este foi o motivo principal da moção apresentada em nome do grupo intermunicipal do PSD, ou seja, uma reforma que não foi discutida, que não foi avaliada e que não refletida e por isso mesmo deveria ter sido suspensa pelo menos até existirem eleições.

Certo é que a intransigência do governo socialista em avançar com esta reforma refletiu-se nesta assembleia, impedindo que pudéssemos ter demonstrado uma posição firme, sobre um governo para agora legitimamente exigir que sejam feita uma reforma digna do sns, pois esta assembleia aceitou a entrada em vigor da reforma como ela estava feita,

Além de todas as questões levantadas pelas referidas entidades cumpre aqui alertar para ficar escrito, a CIM para algo que possivelmente já saberá, mas que ainda não vi escrito em lado nenhum, principalmente quando não temos acesso à atividade da CIM.

Alerta-se, a CIM RC para a necessidade de alteração de alguns diplomas que conflituam com o diploma das ULS atendendo ao importante papel que algumas entidades vão assumir, que visam concretizar o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde.

Efetivamente, uma das dúvidas que se apresentam com esta reforma, prende-se com a falta de harmonia na organização territorial dos cuidados de saúde, algo que poderia e deveria ter sido repensado com tempo.

Por um lado, a delegação de competências tem como base o município, enquanto o regime das ULS já previa como base as comunidades intermunicipais. Por outro, os ACeS não respeitam qualquer daquelas unidades – município ou comunidade intermunicipal. Isto significa que a integração dos ACeS nas ULS vai potenciar entropias ao sistema, já de si complexo.

Permitam-me terminar com uma frase que utilizei há pouco tempo no discurso do 25 de abril, de salgueira maia: "meus senhores, existem os estados socialistas, existem os estados capitalistas,

e existe o estado a que chegámos, e se queremos mudar este estado de coisas, deixemo-nos de partidarites e comecemos a pensar no interesse de comum dos nossos municípios.”

O Presidente da AI concorda com a questão da programação das sessões, sobre a moção da ULS apresentada pela bancada do PSD na última sessão recordou que não ter ficado qualquer compromisso desta assembleia na medida que a moção foi retirada, por votação e o processo decorre com as alterações conhecidas de todos.

Interveio o membro da AM de Coimbra, Manuel Rocha, recordando com agrado os tempos felizes passados, ano após ano, na praia de Mira. A seguir se transcreve “Umas palavras para assinalar dois momentos que, dada a sua magnitude, nunca deixariam a Comunidade Intermunicipal indiferente. O primeiro momento que assinalamos é o da recente comemoração dos 50 anos da Revolução de Abril. A saída às ruas de uma multidão como há muito tempo não se via, também na nossa região, deve encarada como revelação da tomada de consciência de que a democracia não se resume ao acto de depositar em urna fechada a escolha dos eleitores. Como que relembrando qual foi o verdadeiro motor da revolução de há 50 anos, milhares de portugueses e portuguesas apresentaram-se nas ruas de Portugal, numa maioria não silenciosa revelando o apreço pela Revolução de Abril. Uma maioria positiva, solidária, diferenciada nas opções partidárias, que confirma a Revolução de Abril como projeto político fundamental do Portugal de hoje. A Revolução de Abril é o fundamento do nosso regime democrático, o fundamento da nossa liberdade, e as grandes manifestações que a comemoraram provaram que evocar o 25 de Abril não é desfilar pela saudade. Com efeito, a presença dos jovens nos desfiles todos foi absolutamente avassaladora, provando haver uma grande disponibilidade para não admitir a reescrita da história, para não permitir a desvalorização do 25 de Abril como data fundadora da democracia e o 1.º de Maio que a seguir virá como sua expressiva confirmação.

O 25 de Abril que ali se comemorou é o que quer recuperar o serviço nacional de saúde e recusa a sua destruição; é o que exige a habitação enquanto direito constitucional e não entrega a sorte das pessoas aos caprichos do mercado; é o que exige a igualdade entre os cidadãos, sem discriminação fundada na origem social, na orientação sexual, na identidade individual ou em qualquer outro fator de diferenciação. Importa realçar que a comemoração do 25 de Abril não pôs de lado a grande insatisfação da nossa gente. Mas as palavras de ordem ditas revelaram a recusa dos extremismos de direita e também a recusa das políticas governativas que os vêm estimulando. Ninguém que tenha consciência social pode admitir que o despedimento possa ser uma prioridade na regulação do mercado de trabalho; que a precariedade possa ser um fator de desenvolvimento, que o maltrato dos profissionais da Educação, da Saúde e demais serviços públicos seja uma condição do progresso; que a emissão de cheques endossados à iniciativa privada possa ser a solução para aquilo que o Estado deve garantir. As pessoas estão descontentes por situações como a redução da capacidade da resposta do SNS - que discutimos na última sessão desta mesma Assembleia -, eliminando do pouco que resta do SNS em nome de uma suposta eficiência, desenhada, em turno, por aqueles que ainda há poucos dias se demitiram dos seus deveres, depois de cumprido o seu lamentável papel de criação das ULS.

Há que recordar que o descontentamento de hoje foi o que também esteve presente nas ruas em 25 de Abril de 1974: a subordinação do poder político ao poder económico, da concentração num punhado de famílias ou de grupos económicos da riqueza toda, da capacidade de o poder económico influenciar o poder político (de que a intenção de legalização do lobbismo é um preocupante sinal). Proteger o poder

económico significa sempre desproteger os trabalhadores, os reformados e pensionistas. Um bom exemplo desta prática destruidora é o da recusa da viabilização de uma comissão de inquérito à ruínosa alienação da ANA. Manter em segredo os negócios ruínosos para o Estado é, afinal, tudo fazer para regressar ao tempo da “velha senhora”.

Quem governa contra o povo, contra os interesses de quem trabalha, desvalorizando sempre o salário correspondente ao papel determinante dos trabalhadores na criação de riqueza, valorizando sempre os grupos económicos e financeiros, semeia hoje os ventos a que, invariavelmente, corresponderá a tempestade. Comemorar o 25 de Abril é, por isso, usar a democracia e a liberdade tão duramente conquistadas para lutar pela dignidade do nosso povo, pela nossa soberania. Na rua também, que é o lugar em que a Revolução se fez vitoriosa.

Permitam-nos que assinalemos, finalmente, o ato eleitoral para o Parlamento Europeu que em breve se realizará. Na CDU valorizamos este momento eleitoral, pelo que ele significa de oportunidade para eleger deputados que defendam a soberania de Portugal, a autonomia das decisões das nossas instituições, o direito do nosso povo a escolher os seus destinos. Não faltará quem queira desvalorizar as nossas propostas de recuperação de ferramentas económicas e financeiras que recusem a dependência externa em relação a uma imensa quantidade de domínios. Consideramos que Portugal não tem de ser uma mera mão estendida à procura da esmola “europeia” que há-de premiar a sua obediência. O nosso país tem terra, tem mar, tem talento e capacidades e não pode estar condenado a ser uma estância de recreio barata e com boa comida. Este é o lugar em que já circularam comboios, já houve frota de pesca, já se cultivou para o prato e não para a sobremesa, já se produziram comboios e demais viaturas, já se transformou o produto da terra e do pescado, já se fabricaram navios, já se produziram têxteis e tantos mais produtos manufaturados, já se usou a floresta como fator de criação de riqueza económica e ambiental, já se fez boa investigação científica sem as amarras das prioridades “europeias”, já se produziu saber de elevadíssima qualidade sem a imposição da submissão às prioridades do “mercado”. Portugal, ele todo e a nossa região em particular, não tem de ser arrumado na prateleira do mero prestador de serviços, reduzido à condição de consumidor, convertido em destino turístico.

O que se espera dos que aqui se reúnem, 50 anos após a Revolução de Abril, é o cumprimento dos valores que abril trouxe à nossa vida coletiva.”

Tomou a palavra, Bruno Ferrão, da AM de Montemor-o-Velho aludindo aos vídeos promocionais do município de Mira e da CIM RC sugerindo a sua apresentação neste fórum dizendo que “conhecer mais da nossa região é conhecer mais de nós e de podermos trabalhar mais para a região”.

Prosseguiu a sua intervenção felicitando o cancelamento da exploração de caulinos no município de Soure e deixa palavra de esperança para que outras explorações de caulino na região possam ser abandonadas pelos promotores.

Pretende deixar um voto de protesto pelo agendamento desta sessão e da falta de representatividade face à coincidência de data com outras sessões de outras Assembleias Municipais.

O Presidente do CI saudou todos os membros e colaboradores presentes, recordando que a atividade da CIM RC se traduz nas suas reuniões dos Conselhos Intermunicipais (CI), com os representantes dos municípios, estando a mesma disponibilizada nas atas daí resultantes. Respondendo ao membro Santinho Antunes disse não ter ficado assumida qualquer obrigatoriedade ou posição sobre as ULS e que a CIM RC se encontra a dialogar e a mediar com as ULS do Baixo Mondego e de Coimbra como

intermediária neutro. Sobre a elaboração das Estratégias Municipais de Saúde esclareceu que a CIM RC estabeleceu um contrato com a Universidade de Coimbra, para elaborar as Cartas de Saúde Municipais e a Estratégia de Saúde Supramunicipal.

Adiantou, ainda, subscrever a maioria da posição evidenciada pelo membro Manuel Rocha sobre o 25 de abril e sobre a projeção do vídeo da CIM RC, intervenção do membro Bruno Ferrão, informou que o mesmo já estaria previsto projetar no final desta sessão.

O Presidente do AI agradeceu a presença da Sra. Vice-Presidente da CIM RC, Dra. Helena Teodósio, neste órgão e de seguida passou à ordem do dia.

A AI tomou conhecimento.

3. Ordem do Dia:

3.1. ITI da CIM Região de Coimbra: Contrato para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM Região de Coimbra – Para conhecimento;

O Secretário Executivo Intermunicipal começou por cumprimentar os presentes, recordou que a CIM é entidade beneficiária de fundos comunitários, gestora da contratualização de recursos financeiros para dar suporte às atividades dos municípios, mas também do tecido empresarial. Enfatizou o trabalho de “negociações duras”, com condicionalismos impostos pelas agendas europeias pouco assimiláveis à realidade da região, mencionou as 5 áreas de intervenção prioritária da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) da CIM RC. A nível nacional indicou as 4 agendas nacionais e a sua estratégia, aludiu à visão da CIM RC para o período 2021-2027. Deu nota do objetivo do plano de ação do ITI, dos 3 eixos que densificam as linhas de intervenção previstas nas estratégias sub-regionais relativas às seguintes áreas temáticas, deu nota do Contrato para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (CDCT) celebrado com a Autoridade de Gestão do Programa Regional do Centro 2021-2027 da sua distribuição pelos objetivos específicos, pelas Tipologias de Operação, do FEDER: 140 M€, do FSE + : 12M€, dos Projetos Municipais e Intermunicipais. Informou sobre a articulação do ITI com o PRR na habitação, saúde e educação, da articulação da EIDT e ITI CIM-RC com os Projetos Europeus e outros. Explicou à AI as fontes de financiamento do investimento na Região de Coimbra permitindo que a Região se torne pioneira, exemplar, metropolitana e especializada. Reforçou a ideia de que o ITI é peça essencial e dá resposta a um conjunto de anseios que não se encontram noutros instrumentos e a sua assinatura “irá dar um contributo muito positivo para o desenvolvimento deste território”.

O membro Santinho Antunes questionou sobre a data limite para a submissão do plano de ação do ITI, se será outubro de 2024, tendo o Secretário Executivo Intermunicipal respondido que esta meta será o “primeiro teste” da CIM a analisar o instrumento, das regras estabelecidas e das candidaturas que os municípios apresentaram em função das suas prioridades, as decisões que são sempre dos municípios a CIM é unicamente o órgão intermédio e analisa as candidaturas com elementos especializados.

Tomou a palavra o membro João Malva, da AM de Coimbra, elogiando a apresentação e a perspetiva de “olhar para a internacionalização como motor de desenvolvimento da Região”, no entanto mostra-se preocupado no que diz respeito aos Fundos do horizonte Europa para a investigação questionando até que ponto a CIM RC pode contribuir para a estratégia de valorização, da investigação e da inovação mais articulada entre as candidaturas pelos promotores e as prioridades da região.

O Secretário Executivo Intermunicipal indicou que a questão é complexa e que há agendas que se impõem, dando como exemplo os cortes orçamentais em alguns programas para apoio ao mecanismo

de apoio à Ucrânia. Disse não existir um contacto muito próximo com a Agência Nacional de Inovação - ANI, porém se tenta perceber junto das instituições “onde, de que forma e qual o melhor modelo” para responder às necessidades de investigação que são díspares.

A AI tomou conhecimento.

3.2. Relatório de Gestão e Prestação de Contas da CIM RC do ano 2023 – apreciação e votação.

Foi apresentado, nesta sessão de trabalho da Assembleia Intermunicipal o Relatório de Atividades, de Gestão, bem como os documentos de prestação de contas relativas ao ano de 2023 da CIM Região de Coimbra.

O Secretário Executivo Intermunicipal, apoiado na apresentação, exibiu a todos os membros a síntese do tem em apreço.

Começou por aludir ao normativo legal, à execução da despesa e da receita, a primeira na ordem dos 80% e a segunda 82%, salientou que as GOP refletem as principais linhas de intervenção da CIM RC, nas áreas em que tem atribuídas as competências legais, assim como a estruturação dos seis eixos definidos e desenvolvidos pelas diferentes linhas de intervenção, organizadas por objetivos, programas, projetos e ações e indicou alguns condicionalismos.

Destacou a evolução e variação crescentes da execução da despesa, paga nos últimos três anos, indicou as principais fontes de receita cobrada destacando os financiamentos dos Programas Nacionais e o seu “peso significativo na gestão da CIM RC”. Aludiu ao grau de execução da receita, ao saldo de gerência orçamental na ordem dos três milhões de euros, acrescentando que foi apurado no final do ano 2023 um saldo de gerência a transitar para 2024 em 5.055,924,88 €: 3.530.076,71 €: saldo de operações orçamentais e 1.525.848,17 €: saldo de operações de tesouraria.

Deu nota das reservas da certificação legal de contas, que não foi possível reconhecer nas demonstrações financeiras a totalidade dos ativos a transferir provenientes da Assembleia Distrital de Coimbra, apesar dos esforços desenvolvidos pelos serviços e por motivos alheios à CIMRC e relativamente aos subsídios ao investimento e de exploração em 31/12/2023 não se encontravam reunidas as condições para que se pudesse promover uma adequada especialização dos gastos e rendimentos associados a esses subsídios (pedidos de pagamento).

Por último deu nota dos principais desafios que se prendem com a Operacionalização do CDCT 2030; a Gestão Financiamento PRR; a Integração do ISMT; a Mobilidade e Transportes (cujo processo dos 3 lotes lançados a concurso foi ganho por uma única empresa de capitais, 100% israelita dando nota da providência cautelar interposta por um dos concorrentes).

Tomou a palavra o membro, João Malva, solicitando esclarecimentos sobre as reservas que o auditor levanta relacionadas com os estatutos.

O Secretário Executivo Intermunicipal explicou a necessidade de ser criado um caminho legislativo, uma figura jurídica que clarifique esta questão porque os normativos legais são contraditórios, um dizendo que os municípios e as entidades intermunicipais não podem ser detentoras de ensino superior e outro diz que sim. Mais acrescenta que os resultados do ISMT são “francamente positivos” do ponto de vista do exercício e as próprias contas também são auditadas.

Após apreciação do documento em análise, a AI deliberou por unanimidade, aprovar o Relatório de Atividades, de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do ano de 2023 da CIM-RC.

3.3. 1.ª Alteração Modificativa 2024 - apreciação e votação

Foi presente a proposta n.º 14, datada de 14 de abril, bem como informação justificativa na atual conjuntura, na qual se faz o devido enquadramento legal das alterações orçamentais, e se apresentam ao CI as principais modificações necessárias por forma a incorporar no Orçamento para 2023, as alterações previstas nos mapas em anexo à referida proposta

O CI na sua reunião de 18 de abril de 2024, aprovou a presente Alteração Modificativa ao Orçamento de 2024, de acordo com as alterações previstas nos Mapas em anexo e submeteu o assunto à AI para aprovação.

O Secretário Executivo Intermunicipal explica que esta proposta de alteração orçamental modificativa, justifica-se pela necessidade de ajustamentos ao Orçamento de 2024, relativos a projetos integrados nas Grandes Opções do Plano.

O total do saldo de gerência de operações orçamentais, proveniente do ano anterior é de 3.530.076,71 euros, propondo-se na presente alteração, a utilização do saldo de gerência em 300.000,00 euros.

A presente alteração orçamental modificativa, tem assim impacto nas receitas e despesas correntes e de capital, diminuindo o valor global do orçamento de 2024 em (-) 4.356.742,34 euros face ao orçamento inicial. O Orçamento 2024, passa a uma dotação corrigida de 18.353.000,00 euros (dezoito milhões trezentos e cinquenta e três mil euros).

A AI deliberou, por unanimidade, aprovar a 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2023 nos moldes apresentados na referida proposta

3.4. Relação dos compromissos plurianuais no período de 01/11/2023 a 10/04/2024, no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso – para conhecimento

O Presidente da AI apresentou informação sobre os valores relativos a contratos plurianuais, assumidos no período de 01/11/2023 a 10/04/2024, tabela que constará como anexo à presente ata não tendo sido suscitadas quaisquer questões ao documento.

A AI tomou conhecimento dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em atraso.

3.5.1ª Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano 2024 - apreciação e votação

Foi presente para apreciação da AI a proposta n.º 13, datada de 11 de abril último, na qual se faz o enquadramento e se apresenta a primeira alteração ao mapa de pessoal para o ano de 2024, que consta no mapa em anexo à referida proposta.

O Secretário Executivo Intermunicipal indica que a presente alteração visa ajustar o mapa à realidade, quer pelo provimento de lugares, quer pela redução de alguns lugares a termo certo, bem como pela criação de dois novos lugares dado o acréscimo pontual no apoio administrativo e na área dos transportes, não estando previstos acréscimo de valores em orçamento.

A AI deliberou, por unanimidade, aprovar a 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal para 2024 nos moldes apresentados na referida proposta.

3.6. Outros assuntos

Foi apresentado o vídeo promocional da CIM RC exibido na BTL 2024.

Antes de encerrar os trabalhos, o Presidente da Mesa, solicitou aos presentes que a ata e as deliberações desta reunião sejam aprovadas em minuta para que tenham a eficácia devida.

Não havendo objeções, a ata e as deliberações foram aprovadas em minuta.

Nada mais tendo sido tratado, e sendo cerca das dezoito horas e trinta minutos, foi lavrada para constar a presente ata que depois de lida e aprovada, vai ser assinada.

(Presidente da Mesa)

(Vice-Presidente da Mesa)

(Secretário da Mesa)